

Perspetivas de género no acesso ao espaço público mediatizado: refletindo sobre os conteúdos noticiosos do telejornal

Paula Lobo, Rosa Cabecinhas

*Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS),
Universidade do Minho, Portugal*

paulaalobo@gmail.com, cabecinhas@ics.uminho.pt

Gender perspectives on access to public debate: reflecting on the evening news contents

Abstract

The present article aims to analyze the reception of media content within a gender perspective. The women's full exercise of citizenship and access to public debate depends greatly on the way media presents them to the world.

This study considers that balanced representation of men and women in the news is an important criterion to take into account in order to produce quality journalism.

Considering the various television news programs, the evening news is definitely one of the most important and, yet, one of the less studied. Daily broadcast on a prime time schedule, it is considered to be an important source of information through which citizens acknowledge the

main events of the news agenda and, also, their social roles and responsibilities.

Therefore, several focus groups have been organized with the purpose of debating news contents and understanding how gender meanings are negotiated by audiences. The analysis of these debates displayed important gender perspectives among focus groups participants. Its outputs allowed a better understanding of how audiences interpret gender meanings in the media and emphasized the need to develop alternative proposals of journalistic practices capable of promoting a critical, balanced and diversified gender perspective within the audiences.

Keywords: gender, public sphere, television, evening news

Resumo

O estudo que apresentamos tem como propósito analisar a receção dos conteúdos mediáticos numa perspetiva de género. O exercício pleno da cidadania por parte das mulheres e o seu acesso ao debate público depende consideravelmente da forma como os média as apresentam ao mundo. Consideramos que a representação equilibrada de homens e mulheres nas notícias deve ser um critério a considerar quando se pretende produzir jornalismo de qualidade.

De entre os vários géneros de programas noticiosos, o telejornal é definitivamente um dos mais importantes e, no entanto, um dos menos estudados. Emitido diariamente em horário nobre, é considerado como uma importante fonte de informação através da qual

os cidadãos tomam conhecimento dos principais eventos da agenda noticiosa, bem como dos seus papéis e responsabilidades sociais.

Neste contexto, foram organizados vários grupos focais com o intuito de debater conteúdos noticiosos e compreender a forma como os significados de género são negociados pelas audiências. A análise destes debates revelou importantes perspetivas de género entre os participantes dos grupos focais. Os resultados obtidos permitem uma melhor compreensão da forma como as audiências interpretam os significados de género nas notícias e reforçam a necessidade de desenvolver práticas jornalísticas alternativas que promovam o equilíbrio de género.

Palavras-chave: género, esfera pública, televisão, telejornal

Apenas quando as mulheres forem visíveis nos meios de comunicação como desempenhando papéis ativos na política, no trabalho e nos temas da vida comum, poderão elas constituir-se também mais ativamente como públicos e ser estimuladas a participar em todas as áreas da vida social de um modo reconhecidamente paritário. (Silveirinha, 2009: 7)

A PARTICIPAÇÃO das mulheres na vida pública tem vindo a constituir-se como uma questão central no debate sobre género, cidadania e direitos humanos. No passado, a invisibilidade das mulheres nos media e a sua retratação homogénea e trivial foi considerada como uma forma de ‘aniquiliação’ do sexo feminino no plano simbólico (Tuchman, 1978). Na verdade, se se pode considerar que os movimentos feministas obtiveram a abolição prática dos instrumentos formais de discriminação de género nas sociedades ocidentais, por outro lado, ainda é

possível observar formas subtis de discriminação que persistem com base na cumplicidade do discurso público e que parecem manter-se invisíveis para a maioria, incluindo para as próprias mulheres (Fernandes, 2008).

A presença de desigualdades de género é perceptível em diferentes vertentes da realidade mediática: nos retratos estereotipados das mulheres que, ao invés de se alterarem, se estenderam também para os conteúdos dos novos média; na permanência e no reforço de padrões de pobreza e exclusão resultantes da nova marginalidade digital que discriminam as mulheres pobres, idosas ou que residem em áreas rurais; e também no facto de, na atual indústria mediática, as mulheres continuarem concentradas nos postos com remunerações mais baixas enquanto os homens constituem os principais proprietários e gestores das empresas da área da comunicação, informação e tecnologia (Gill, 2003; Silveirinha, 2012). A acrescer a este problema, o feminismo tornou-se um termo *démodé* e as reivindicações associadas a um maior equilíbrio de género são frequentemente perspetivadas como pontos de vista radicais (Nogueira, 2009).

Contudo, o desenvolvimento de uma consciência crítica de género sobre a participação pública é agora tão ou mais necessário que antes, uma vez que a indiferença social caracterizada pelo consentimento implícito da discriminação e pela internalização generalizada de estereótipos de género se constituíram como barreiras invisíveis mas persistentes à mudança (Amâncio, 1998; Bonnot e Croizet, 2007; Tuchman, 1978).

Se a sub-representação das mulheres nas profissões dos média foi vista, durante algum tempo, como a causa das assimetrias de género patentes nos conteúdos mediáticos, a hipótese perdeu a sua força depois de, na maioria dos países se ter verificado um aumento muito considerável do número de mulheres profissionais nesta área que não teve a esperada correspondência em termos de um maior equilíbrio dos conteúdos, no que respeita às questões de género. Diz-nos Gallagher a propósito do aumento do número de mulheres jornalistas que ‘it would be unreasonable to imagine that this will result in a radical transformation of media content’ (Gallagher, 2001: 4). Em vez disso, as causas subjacentes a este problema parecem estar enraizadas nas estruturas sociais e nos conteúdos culturais.

Num Relatório da Comissão Europeia que teve como propósito registar os progressos em matéria de igualdade entre homens e mulheres na EU, constatou-se que, apesar dos sinais positivos de mudança, ‘os avanços globais são ainda demasiado lentos na maioria das áreas e a igualdade entre homens e mulheres está longe de ser uma realidade’ (Comissão Europeia, 2009: 3).

Parte da dificuldade inerente a este desequilíbrio latente de género em todas as áreas da sociedade parece residir precisamente no facto de este não ser comumente considerado um problema quando, nas palavras de Fraser (1992: 132), ‘the lifting of formal restrictions on public-sphere participation does not suffice to ensure inclusion in practice’. Curiosamente, e como explica McRobbie (2009), a vida política e institucional contemporânea incorpora alguns dos elementos do feminismo e recorre à instrumentalização de ideias feministas nos Governos Ocidentais (como por exemplo, os conceitos de ‘*empowerment*’ ou de ‘*emancipação*’) com vista a reforçar o ideal da liberdade. No entanto, este conjunto de ideias tem sido, na opinião de McRobbie, convertido num discurso mais individualista que é usado, particularmente nos média e na cultura popular, como um substituto do feminismo ao mesmo tempo que, paradoxalmente, se observa a proliferação de um sentimento anti-feminista generalizado.

Neste contexto, o presente artigo considera que a articulação da investigação sobre as desigualdades de género no acesso à esfera pública e sobre essas mesmas desigualdades no acesso aos meios de comunicação se tem constituído como um importante instrumento de identificação e análise dos agentes do discurso público e, conseqüentemente, como um contributo significativo para o prosseguimento de uma sociedade mais equilibrada, capaz de possibilitar um exercício da cidadania mais abrangente por parte de mulheres e homens.

Salientamos ainda a importância da dimensão simbólica dos média na (re) produção de significados de género no espaço público baseando-nos no facto de os meios de comunicação constituírem um importante fórum de discussão pública e um espaço privilegiado de debate, cujos efeitos condicionam a nossa percepção da realidade e a forma como nos vemos a nós mesmos e aos outros (Gallego, 2000). Deste modo, a análise sistemática das representações das mulheres nos média torna-se fundamental, dado que os conteúdos mediáticos

funcionam como propostas de interpretações da realidade e de comportamentos sociais.

De acordo com Gallagher (1995), o sistema de comunicação e informação global está longe de envolver a maioria das pessoas do mundo – tanto enquanto consumidores como participantes – tratando-se, ao invés, de um sistema que perpetua muitas assimetrias. Subsequentemente, a autora refere que o problema da ‘mentality of resignation’ (Hamelink, 1994: 132 *in* Gallagher, 1995) é sintomático da falta de poder das pessoas no contexto dos média mas, apesar disso, Gallagher enfatiza a ideia de que da mesma forma que os média favorecem uma sensação de impotência, eles também podem ser usados como meios de empoderamento. De facto, na última década, os média (e nomeadamente os novos média digitais) revelaram-se espaços com grande potencial de debate e divulgação para os movimentos sociais e mais em concreto, para os movimentos feministas.

Questões de género no espaço público mediatizado

A investigação feminista sobre a esfera pública centrou-se na crítica do modelo de esfera pública de Habermas e mais, concretamente, na condenação da divisão de género que o modelo opera entre esfera pública e esfera privada que, por sua vez, se concretiza numa divisão de género que remete a mulher para a privacidade doméstica do lar e consagra o lugar do homem (que ocupa também desde logo uma posição de poder na esfera privada) nas arenas discursivas públicas e políticas onde as decisões sobre o bem comum são tomadas (McLaughlin, 1999). Esta divisão tem vindo a estruturar as relações sociais ao longo do tempo com inúmeras consequências negativas nas vidas das mulheres.

Fraser critica a conceção de Habermas de uma esfera pública supostamente acessível a todos e onde cada um pode deliberar sobre o bem comum na qualidade de par, desvelando as muitas exclusões que ela implica, particularmente no que respeita ao género, já que descreve a esfera pública burguesa como ‘a masculinist ideological notion that functioned to legitimate an emergent form of class rule’ que parece funcionar enquanto um ‘hegemonic mode of domination’ (Fraser,

1992: 116, 117), relegando as mulheres para o reino do doméstico e deixando-as de fora do discurso público. De acordo com a autora, ‘women of all classes and ethnicities were excluded from official political participation on the basis of gender status’ (Fraser, 1992: 118).

No âmbito da sua tese sobre o espaço público, Habermas (1991[1962]; 1992) concedeu aos média um papel crucial na transição de um regime caracterizado pelo Estado absolutista para um regime democrático-liberal. No contexto do seu modelo, o evento da imprensa escrita e o acesso generalizado aos jornais serviram de suporte à emergência da esfera pública burguesa e ao debate crítico racional, com vista à obtenção de consenso sobre as matérias do bem comum. Contudo, nos finais do século XIX, e à medida que os grupos privados começaram a desempenhar um papel mais preponderante no controlo dos média, Habermas assume uma perspectiva pessimista do papel dos média na esfera pública considerando que o desenvolvimento dos meios de comunicação de massas, secundado pela crescente predominância dos interesses privados associados a interesses políticos específicos, originou um declínio do espaço público que se caracterizou, principalmente, pelo facto de os outrora cidadãos terem passado a meros consumidores. Se na esfera pública burguesa a opinião pública era formada pelo debate público e pela figura do consenso, no Estado capitalista do bem-estar a esfera pública é gerida pelas elites políticas e económicas no contexto de um sistema de controlo social: ‘The world fashioned by the mass media is a public sphere in appearance only’ (Habermas, 1991 [1962]: 171).

O negativismo habermasiano sobre o papel dos média foi considerado por muitos um dos pontos fracos do seu modelo, que terá tornado necessária a sua reformulação.

Silveirinha (2004) reconhece as fragilidades do espaço público mediatizado – onde o sujeito político não é o indivíduo autónomo mas grupos sociais e associações cativos de uma lógica privada do mercado – em termos de uma perda de autonomia da opinião pública, na medida em que esta já não resulta de um debate racional sobre o bem comum ficando, assim, desprovida de peso normativo. No entanto, a autora assevera que não devemos responsabilizar unicamente os média pela decadência da qualidade do debate público e do exercício da cidadania e que devemos estar atentos às novas possibilidades

democráticas contidas nos média atuais, bem como às novas formas de atividade cívica que eles proporcionam.

De acordo com Arús et al (2000), os meios de comunicação são o novo fórum de discussão pública e um espaço privilegiado onde se discutem os temas que afetam a cidadania, mesmo que por enquanto não seja possível determinar a incidência real dos conteúdos mediáticos no quotidiano dos indivíduos. Silveirinha salienta igualmente o potencial democrático dos média no agendamento de problemas, isto é, na capacidade que os média têm de conferir visibilidade a questões sociais e políticas que, de outro modo, seriam deixadas de fora do debate público oficial.

Apesar de reconhecer que as instituições e os processos da comunicação pública devem ser equacionados enquanto ‘a central and integrant part of the political structure and process’ (1992: 361), Garnham preocupa-se com os perigos de um mercado mediático altamente fragmentado, caracterizado por nichos de mercado muito específicos que contrariam a natureza do espaço público ao inviabilizar uma política democrática orientada por uma dimensão normativa comum e alega que, sendo as forças do mercado de natureza global, também as respostas políticas a esse mercado deverão ser globais já que nenhum indivíduo ou grupo pode optar por se subtrair ao contexto económico e comunicacional em que vive: ‘all political actors are now playing on a world stage and employing, in spite of the problems of linguistic and cultural translation, a world language of symbols’ (1992: 369).

Também Tuchman, numa revisão do seu trabalho emblemático de 1978 sobre a aniquilação simbólica das mulheres pelos meios de comunicação social, reflete sobre a operacionalização generalizada do conceito de ‘nicho’ de mercado – ‘uma posição social ocupada por um determinado *medium* ou empresa de *media*, descrita pelas características demográficas daqueles que a ocupam’ (2009: 16) – e o seu impacto nas relações socioeconómicas entre os média e os seus consumidores. Face à convergência progressiva dos média para conglomerados complexos centrados em empresas internacionais que atuam à escala global, a autora mostra-se preocupada com o facto de os públicos dos conteúdos noticiosos terem atualmente poucas versões da realidade disponíveis, incluindo no que respeita às relações de género e defende que o progressivo diferenciamento que

se desenvolveu entre os variados média com vista à captação de diferentes nichos teve como efeito que cada meio de comunicação passou a contemplar apenas um determinado segmento de indivíduos em função daqueles que parecem ser os seus interesses, valores e preocupações (Tuchman, 2009). Deste processo de *niching* resultam desvantagens na construção do género pelos média já que estes, ao especializar os conteúdos em função do sexo dos seus públicos, se tornam propensos a estruturar o género em função de conceções tradicionais e estereotipadas das suas audiências. Na perspetiva de Tuchman, os canais televisivos dirigidos ao público feminino encaixam-se lamentavelmente nos habituais estereótipos de género transmitindo invariavelmente programas sobre casamentos, receitas de culinária, astrologia e outras temáticas comumente associadas ao universo feminino, o que tem servido mais para reforçar as identidades de género conformes ao estereótipo do que para dar lugar a opções identitárias mais diversificadas. Ou seja, como resultado desta visão segmentada do mercado, os conteúdos dos média são desenvolvidos em termos daquilo que se julga ir de encontro às características culturais e demográficas do seu público potencial, o que leva a que, com o intuito de atrair audiências, a indústria mediática tenda a produzir conteúdos que reforçam os estereótipos vigentes, ao invés de os contrariarem (Tuchman, 1978, 2009). Se no trabalho de investigação que levou a cabo em 1978, Tuchman concluiu que as representações televisivas das mulheres as exibem como seres frágeis, desprotegidos e confinados ao lar, em 2009, ao rever esses mesmos dados, a autora lastima: ‘Fico, porém, espantada ao ver o quanto mudou – e, também, o quanto tanto ficou na mesma’ (2009: 15) e reconhece que os média ‘continuam a sub-representar, condenar e trivializar as mulheres’ (2009: 16) em moldes essencialmente semelhantes aos da década de 70.

Este enquadramento teórico permite-nos perceber as complexidades da natureza ambivalente do espaço público e da sua relação com os média e, ainda, compreender a importância da investigação feminista sobre o papel dos meios de comunicação de massas no debate público. Hoje em dia, as redes mediáticas constituem-se como um fórum crucial do debate público (Lopes, 2008) e apesar da lógica comercial ou mercantilista que lhes tem estado subjacente, importa pensar a dimensão racional e crítica da comunicação mediada, tendo em conta

que neles se produzem e se legitimam, entre outras coisas, os significados e mecanismos de género.

A este propósito Silveirinha adverte:

No modelo neoliberal do «privado», os *media* não precisam de ter necessariamente associado um projeto normativo. Mas, como cidadãos e mulheres, para os consumirmos, os pensarmos e neles agirmos, é fundamental que o tenhamos. (2006: 90)

Mais recentemente, Correia (2011) chama a atenção para o facto de que os novos media e, nomeadamente, as redes sociais, blogs, fóruns e publicações *online*, têm demonstrado ter capacidade de trazer para o debate público temas que dificilmente seriam considerados pelos média tradicionais.

Assim, se os média funcionam como arena do debate público e se o ‘espaço público é o recetáculo por excelência das contradições da modernidade’ (Esteves, 1995: 10), então é justamente aí que devemos começar por desmontar e contestar as prescrições sociais estabelecidas do género.

As (im)possibilidades democráticas da televisão e a sua relação com o exercício da cidadania

Os debates académicos em torno dos média e da esfera pública têm vindo a abordar questões como o potencial democrático dos atuais meios de comunicação e a sua responsabilidade social. De acordo com Cottle e Mugdha, estes debates têm acompanhado mudanças importantes, nomeadamente na televisão e na investigação académica que a rodeia: se, por um lado, os racionalistas críticos e economistas reprovam o desgaste do ideal da esfera pública democrática provocado pela subjugação da produção mediática à lógica dos mercados, por outro, os pós-modernistas e partidários dos estudos culturais elogiam as potencialidades democráticas dos média (2009: 48).

Já no que respeita ao papel dos média na apresentação de propostas de interpretação do real e na construção e organização da realidade social, tem-se

verificado maior consenso teórico. Como nos explica Lopes, a televisão possui uma função estruturante do espaço público ao mesmo tempo que é, igualmente, estruturada por ele. Nesse sentido, a televisão não se limita a alimentar-se do espaço público mas também ‘constrói um “mundo comum”, através do qual classificamos e interpretamos a nossa experiência e a dos outros’ (2008: 15).

O poder dos média é, de facto, inegável, daí que se torne tão importante a sua análise e a reflexão em torno dos seus contributos para o debate público já que, como nos diz Manuel Pinto (2004), a televisão tem um papel crucial no desenvolvimento da cidadania. Na opinião do autor é também fundamental ‘a exigência de prestação de contas por parte dos média, relativamente ao modo como assumem as suas responsabilidades e compromissos com os cidadãos’ (2004: 13) já que ‘o exercício da cidadania encontra, hoje, no campo dos média um terreno de eleição’ (ibid).

Se o papel da televisão é da maior importância para a formação e exercício da cidadania, o programa do telejornal, por sua vez, tem ainda a particularidade de ser um programa que tem sido geralmente considerado como um reflexo fiável da atualidade mundial e a sua receção assenta num pacto de confiança implícito entre audiências e jornalistas que, segundo Mercier, confere a estes últimos um poder considerável: ‘celui de produire une large part du regard collectif que nous portons sur notre société’ (1996: 108).

O telejornal português tem estado no ar, diariamente, desde o dia 18 de Outubro de 1959, quando foi emitido pela primeira vez pela RTP1 (Rádio Televisão Portuguesa). Desde a sua origem esteve envolvido num projeto de serviço público de televisão e, durante muito tempo, foi um programa que esteve praticamente sozinho na função de difusão diária das notícias nacionais e internacionais (Pinto & Lopes, 2009). Atualmente, o telejornal da noite é emitido diariamente às 20h00 e tem sido considerado, ao longo da sua existência, como uma fonte relevante e credível de informação que procura cobrir os principais temas da agenda noticiosa. No entanto, e apesar da sua enorme pertinência cultural e política, raramente tem estado no centro da investigação académica nacional (Pinto & Lopes, 2009).

No seu estudo sobre os programas de informação semanal na televisão portuguesa entre 1993 e 2003, Felisbela Lopes atribui o estatuto de ‘factos

sociais' aos conteúdos mediáticos a partir de uma perspetiva em que vê a informação televisiva como discursos (em vez de textos), ou seja, 'como elementos simbólicos da realidade social que desenham, dentro do pequeno ecrã, uma espécie de *ágora* que condiciona a evolução da sociedade contemporânea, mas que é também condicionada pelas alterações desse mesmo espaço' (2005: 58).

As representações de género nas notícias

Vários têm sido os estudos que vêm abordando a questão das representações de género nas notícias e que têm confirmado a transversalidade do problema do género nos média e comprovado a existência de padrões de assimetria prejudiciais às mulheres em diferentes média e em contextos culturais diversos (Pinto Coelho & Mota Ribeiro, 2005; Lopes, 2005, 2006; Monteiro e Policarpo, 2002; Subtil, 2000; Álvares, 2011; Gallego, 2009; Ferin, 2006).

Os relatórios do Global Media Monitoring Project [GMMP] (1995; 2000; 2005; 2010) ilustram bem este paradigma e constituíram-se como um valioso *output* resultante de um projeto de monitorização à escala global da cobertura noticiosa em diferentes média (rádio, imprensa e televisão e, mais recentemente, internet), pelo período de um dia, em intervalos de 5 anos, mediante a aplicação de uma metodologia que tem por objetivo verificar a presença de assimetrias de género por todo o mundo. Nestas monitorizações foi analisada a presença das mulheres como intervenientes e, também, como jornalistas.

O GMMP mais recente, em 2010, contou com a participação de 108 países, provenientes dos 5 continentes, e monitorizou 1281 jornais e estações de rádio e televisão. No Relatório do GMMP 2010 lê-se que apenas 24% dos intervenientes nas notícias são mulheres. Para além disso, as mulheres continuam muito sub-representadas enquanto oradoras e comentadoras especializadas (82% dos oradores nas notícias e 81% dos comentadores especializados são homens). Nos temas considerados como o '*core*' da agenda noticiosa a presença das mulheres é escassa (21% nas notícias sobre 'Economia' e 18% nas notícias sobre 'Política e Governo').

A evolução destes resultados em relação aos relatórios dos anteriores GMMP's é pouco significativa e permite-nos concluir que, apesar de ser possível identificar uma tendência positiva de crescimento na representação das mulheres nos média tanto como profissionais como intervenientes, essa evolução é muito lenta e continua, de forma persistente, a prejudicar a condição das mulheres por todo o mundo:

Portraying women in their gender roles denies their identities as individuals, eroding gains made by women in securing positions of authority and responsibility in life outsider home. (Media Watch, 2010a: 8)

No que respeita ao contexto nacional, o relatório da participação portuguesa no GMMP 2010 (Media Watch, 2010b) revelou que, em Portugal, as mulheres constituem 23% dos sujeitos em foco nas notícias. De um modo geral, também nas notícias portuguesas os homens dominam a agenda em todos os temas, sendo que as mulheres se aproximam da fasquia dos homens apenas no tema 'Ciência e Saúde' (39%). Um aspeto importante do relatório português é que, apesar de as mulheres se encontrarem atualmente numa situação maioritária em muitas profissões, elas continuam minoritárias na representação das mesmas no âmbito das notícias. É o caso das profissões jurídicas, onde as mulheres predominam na profissão de juiz(a) e advogado(a) e, contudo, são os colegas homens que intervêm preferencialmente nas notícias como representantes desta classe profissional. À imagem dos resultados globais, as mulheres raramente aparecem como especialistas numa matéria (16%) ou como oradoras (14%). Já na qualidade de 'voz do povo' têm uma presença maioritária (75%) e enquanto intervenientes que relatam vivências da sua experiência pessoal estão próximas da paridade (52%).

No que respeita à participação das mulheres nas notícias enquanto jornalistas, verificou-se uma proporção equilibrada em comparação com os homens (52% e 48% respetivamente). É evidente que é importante conseguir uma massa crítica de mulheres nas indústrias mediáticas para garantir que as vozes femininas sejam audíveis e para que se possa dar conta dos seus papéis na sociedade. De acordo com a ONU, apenas uma presença igual ou superior a 30% é suscetível

de influenciar positivamente as organizações e, apesar de as mulheres nos média serem atualmente mais do que os homens, elas ainda estão longe de atingir essa percentagem no que diz respeito aos cargos de maior responsabilidade (Gallego, 2004). Por outro lado, e como já vimos, essa massa crítica, por si só, não é suficiente. Como se pode ver no relatório do GMMP 2010, não existe uma escassez acentuada de mulheres jornalistas mas, em contrapartida, a quase invisibilidade das mulheres nas notícias na maioria dos temas da agenda noticiosa é inegável.

Como explica Gallagher (2001: 6), todas as representações dos média e, em particular, as representações das mulheres, estão profundamente relacionadas com o contexto político e económico de uma estrutura de poder em que os homens são centrais e dominantes. Paralelamente, os valores-notícia associam-se às prioridades políticas daquilo que é reconhecido como sendo importante no âmbito de uma determinada perspetiva das coisas. Como resultado disso, as vozes femininas têm sido sistematicamente desconsideradas, mesmo nos meios de comunicação que lhes são destinados e os assuntos centrais para as vidas das mulheres ocupam sempre os últimos lugares da escala de prioridades da agenda noticiosa.

What is at stake is not just the number of women who appear in the media, but the weight of their voices. (Gallagher, 2001: 7)

Assim, para que a representação das mulheres nos média seja melhorada no sentido de se tornar mais diversificada e mais equilibrada, é fundamental uma abordagem que leve em conta o enquadramento do género enquanto construção social discursiva inserida num contexto histórico, político e económico.

A investigação que apresentamos de seguida teve como propósito aferir a perceção das assimetrias de género nos conteúdos do telejornal, numa perspetiva da receção. A ideia inicial foi a de perceber se existe, por parte dos públicos, uma consciência do evidente desequilíbrio de género patente nos telejornais que tem sido registado na literatura.

A negociação dos significados de género nas notícias do telejornal

Tendo em conta a revisão da literatura efetuada, e perante a análise dos resultados dos últimos relatórios do *Global Media Monitoring Project*, optámos por centrar o nosso estudo empírico nos telejornais nacionais das 20h00 dos três principais canais generalistas (RTP1, SIC e TVI).

A metodologia utilizada teve como principal propósito criar condições para que indivíduos de ambos os sexos falassem acerca das suas perspetivas sobre os telejornais do *prime time* e, eventualmente, sobre as suas perceções no que respeita a assimetrias de género observadas. A ideia era compreender a forma como os diferentes significados de género identificados nos telejornais são negociados e interiorizados pelo público.

Neste contexto, foram organizados seis grupos focais com a participação de estudantes dos primeiros anos das licenciaturas em Ciências da Comunicação e Sociologia da Universidade do Minho. Os participantes foram organizados de forma a constituir grupos homogéneos ou heterogéneos de acordo com o seu sexo: dois grupos exclusivamente masculinos, dois grupos exclusivamente femininos e dois grupos mistos, com o propósito de analisar e confrontar eventuais diferenças nas dinâmicas do discurso em função da composição dos grupos. No total, participaram nestes grupos focais 43 indivíduos: 16 homens e 27 mulheres, com idades compreendidas entre os 18 e os 48 anos¹.

No que respeita à organização destes debates, foi desenvolvido um guião cuja estrutura e conteúdo foram concebidos de forma a ir de encontro às nossas perguntas de investigação: (1) Estarão os telespectadores conscientes das assimetrias de género nas notícias? (2) Que explicações encontram para as óbvias discrepâncias na presença e na retratação de mulheres e homens nas

1. Os grupos focais foram agendados de acordo com a disponibilidade dos estudantes, tendo sido desenvolvidos em salas da Universidade do Minho. No processo de angariação de voluntários, foi solicitada a colaboração num estudo sobre os telejornais nacionais das 20h00 e todos os participantes foram informados das condições em que a informação seria recolhida, sendo que os voluntários assinaram um consentimento informado. Naturalmente, as suas identidades foram ocultadas e todas as citações e referências aqui indicadas referem-se a nomes fictícios.

notícias? (3) Quais consideram ser as consequências destas discrepâncias? (se é que as reconhecem).

Subsequentemente, o debate foi orientado em torno de quatro questões principais. Uma vez que tínhamos consciência, a partir de experiências anteriores (Fernandes, 2008; Lobo, 2006; Lobo & Azevedo, 2008), de que o tema do género é frequentemente descartado e mal recebido nestes debates, chegando mesmo a provocar a perda de interesse entre os participantes, na primeira questão pedíamos-lhes apenas que partilhassem as suas impressões acerca da influência das notícias televisivas sobre a opinião pública.

Na segunda questão, e após se ter estabelecido uma certa dinâmica de grupo, era-lhes pedido que falassem sobre as suas perspetivas acerca da presença e da retratação das mulheres e dos homens nos telejornais. A esta altura (e sempre que o tempo o permitiu), pedíamos-lhes que visionassem uma gravação de parte de um telejornal nacional das 20h00, recente (tendo em conta a data em que os grupos foram realizados) e selecionado ao acaso, a partir da nossa amostra. Em todos os grupos foi utilizada a mesma gravação. Este procedimento tinha como objetivo, em alguns casos, romper eventuais bloqueios ou impasses na discussão, ou, noutros casos, servir de estímulo ao prosseguimento da troca de ideias. O facto de escolhermos uma notícia recente teve como propósito apresentar um tema que estivesse mais presente na memória dos participantes e, deste modo, permitisse o desenvolvimento de uma argumentação mais informada. Finalmente, e no caso de terem sido reconhecidas assimetrias de género nas notícias televisivas durante o debate, os participantes foram convidados a conjeturar acerca do seu impacto na construção social do género.

A análise das transcrições resultantes destes grupos focais revelou um leque de atitudes diversas face às questões de género nas notícias que nos permitiu a desagregação dos dados recolhidos em várias categorias e subcategorias que passaremos a examinar. Esta análise foi desenvolvida com recurso ao *software NVivo9*.

O género como um não-assunto

Acho que hoje em dia uma mulher ou um homem é totalmente indiferente, a pessoa que passa a notícia, o jornalista ou a jornalista, acho que o machismo do século XX terminou, estamos no século XXI, acho que agora é completamente indiferente ser uma mulher ou um homem a passar a notícia, eu vejo as coisas assim. (João, 19 anos, grupo focal masculino)

Tal como tinha sido antecipado, quando confrontados com a questão da retratação do género nas notícias televisivas, a maioria dos participantes (26 no total) revelou algum grau de relutância face ao tema, patente numa perspetiva do género nas notícias como um ‘não-assunto’, já que consideravam que esse tipo de assimetrias já não existe ou então que, se persiste ainda de alguma forma, não deve constituir uma fonte de preocupação.

Neste contexto, alguns consideraram mesmo que o telejornal deve ser analisado de um ponto de vista mais ‘sério’ e que não deve ser associado ao debate sobre as assimetrias de género. Tratando-se de estudantes das licenciaturas em Ciências da Comunicação e Sociologia, verificou-se uma tendência para procurar abordar outros aspetos das notícias mais conformes aos seus interesses académicos e por eles considerados mais preocupantes: como os temas selecionados pelos jornalistas, o problema da manipulação dos factos ou a questão da objetividade/ subjetividade das notícias, entre outros. A ‘estranheza’ perante o tema do debate terá levado os participantes a procurar orientar a conversa para estas questões que consideravam mais importantes e mais merecedoras de atenção.

Ocasionalmente, os participantes serviram-se de um discurso politicamente correto para, de certa forma, protestarem contra a própria questão, tal como a citação acima transcrita ilustra.

Apesar de a rejeição do tema do género ter vindo maioritariamente dos elementos do sexo masculino, o desinteresse nesta questão partiu também das mulheres.

Em alguns grupos focais, especialmente nos masculinos, esta relutância foi tão forte que tivemos de pedir aos participantes que nos dessem exemplos concretos da participação de mulheres e de homens nas notícias com vista a

permitir estabelecer uma comparação, ou então avançar para a questão seguinte (a visualização e análise de uma peça) de forma a desbloquear o impasse a que o debate tinha chegado. De facto, a maioria dos participantes considerou que as desigualdades de género não são um problema. Pelo contrário, acreditam que o equilíbrio já foi alcançado, num passado recente, a partir da altura em que a discriminação sexual flagrante foi (supostamente) banida do discurso público e do discurso dominante, em que a legislação passou a incorporar medidas destinadas à promoção da igualdade de género e em que as mulheres deixaram o trabalho doméstico a tempo inteiro para ingressar o mercado de trabalho.

Apesar de as participantes femininas manifestarem mais interesse pelo tema, apenas por duas vezes mencionaram palavras da família ‘feminismo’, no âmbito do mesmo grupo focal feminino e num sentido depreciativo, o que vem corroborar a ideia de que o feminismo é comumente associado ao radicalismo e à violência. Na citação seguinte, Beatriz (18 anos, grupo focal feminino, Ciências da Comunicação) sente a necessidade de usar a palavra ‘feminista’ no contexto da sua argumentação mas logo se apressa a esclarecer a sua opinião acerca daquilo que considera ser o feminismo: ‘Houve um grande reboiço e as feministas, infelizmente, até chegaram a cair em extremos de violência e houve sempre muito barulho enquanto não esteve na lei, hoje já está...’.

Ainda que as questões de género raramente tenham despertado interesse nestes debates, em todos os grupos focais foram identificadas diferenças na representação de homens e mulheres nas notícias do telejornal, isto permitiu-nos prosseguir e explorar as diferentes perspetivas dos participantes sobre estas divergências.

Identificando assimetrias

O debate provocado pela questão da presença e da retratação de mulheres e homens nas notícias televisivas foi particularmente profícuo no que respeita à questão dos comentadores/especialistas. Apesar do facto de a maioria dos grupos ter inicialmente constatado que o género não constituía uma dimensão de análise relevante na apreciação dos telejornais nacionais, houve um reconhecimento

generalizado de que existe uma discrepância óbvia entre o número de mulheres e de homens comentadores (peritos, especialistas) nas notícias de tal forma, que esta se tornou rapidamente na categoria (node) mais numerosa da nossa análise (com 27 referências). De facto, embora alguns tenham oferecido resistência no reconhecimento desta assimetria, acabaram por admitir, rapidamente, que não eram capazes de referir, no máximo, mais de um ou dois nomes de mulheres nesta função, ao passo que se recordavam facilmente dos nomes de vários homens nas mesmas circunstâncias². Neste ponto, depressa abundaram referências de personalidades do sexo masculino que fazem parte do quadro habitual de comentadores chamados a dar perspetivas especializadas sobre determinados temas, já os nomes de mulheres foram mais escassos e não vieram à memória com facilidade.

No que respeita aos jornalistas dos telejornais, a disparidade mais notada foi a sua distribuição pelos diferentes temas das notícias do telejornal, seguida pelas diferenças na aparência e na idade. Os participantes consideraram que existe uma segmentação dos temas a que os jornalistas homens e as jornalistas mulheres são tipicamente associados. As mulheres são mais associadas às notícias *soft* como moda, sociedade, família enquanto os homens foram relacionados com o cerne da agenda noticiosa: economia, política e desporto.

Eu tenho um exemplo para dar que é em relação ao facto de agora aparecerem homens e mulheres na apresentação do telejornal, eu tenho um exemplo que é, no Diário da Manhã, que dá na TVI, antes era apresentado por um homem e por uma mulher, e o homem dava toda a parte das notícias, opiniões, não-sei-quê, e quando era a parte da revista de imprensa, só revistas cor-de-rosa e imprensa cor-de-rosa e não-sei-quê é que a mulher falava, de resto... E a meteorologia, era o que a ela dizia, de resto ela não dizia mais nada durante o programa inteiro. Ele dizia tudo, notícias, tudo o que era assim, pontos de

2. No âmbito desta discussão em torno dos especialistas ou comentadores habitualmente presentes nos telejornais, os participantes mencionaram a existência de mulheres observadas nessas circunstâncias mas foram capazes de aludir a apenas dois nomes: Felisbela Lopes (também professora do participante que a mencionou) e Constança Cunha e Sá. Por outro lado, no decurso destes debates abundaram referências a especialistas masculinos: Miguel Sousa Tavares, Francisco Moita Flores, Rogério Alves, Eduardo Sá, Marcelo Rebelo de Sousa, entre outros.

discussão, ou seja, transmissão de informação útil, ele falava, agora do género casou-se não sei quem, era ela que dizia isso tudo. (Lígia, 20 anos, grupo focal feminino, Ciências da Comunicação)

De acordo com os participantes, os jornalistas homens mantêm-se no ecrã até aos cinquenta ou sessenta anos, ao passo que as jornalistas mulheres desaparecem mais cedo, antes de chegar à meia-idade. Por outro lado, também aludiram ao facto de as mulheres usarem um tipo de vestuário mais sensual e de serem selecionadas pela sua beleza e juventude (particularmente as pivots). Contrastando com esta observação, os participantes consideraram que os homens jornalistas (particularmente os pivots) se vestem de um modo mais formal, com fatos de tons escuros, não tendo necessariamente de estar dentro dos parâmetros de beleza estabelecidos. Estas observações, de grande pertinência para o desenho da retratação do género nos conteúdos do telejornal, sugeriram a objetificação da mulher jornalista como um elemento de acentuado valor visual e detentora de um papel acessório, tal como ilustram as seguintes citações:

acho que agora a TVI e as outras televisões têm tendência a quererem mostrar: nós somos assim, temos homens e mulheres, não discriminamos. Mas eu acho que é só mesmo para dar a imagem não é pela qualidade do jornalismo. (Isabel, 19 anos, grupo focal feminino, Ciências da Comunicação)

eu penso que mesmo a nível de oportunidades no mercado de trabalho do jornalismo a mulher consegue mais facilmente um emprego como *pivot* do que, por exemplo, como jornalista de investigação ou, na minha perspetiva, a ideia que eu tenho é que há poucas mulheres a trabalhar em toda a produção das notícias, ou seja, a mulher fica bem no ecrã como *pivot*, fica bem com o microfone na mão a dar a notícia mas quem vai editar, quem vai falar com as fontes, quem vai procurar informação sobre isso não será ela... (Eva, 20 anos, grupo focal feminino, Ciências da Comunicação)

Por outro lado, as participantes salientaram a importância das mulheres no ecrã como modelos comportamentais, sobretudo das mulheres jornalistas, para o

seu caso concreto de estudantes de Ciências da Comunicação que esperam vir a desenvolver uma carreira profissional na área:

É assim, as pessoas veem o telejornal e eles querem que nós gostemos do que estamos a ver, porque há várias escolhas, certo? Quando está um homem e uma mulher, uma mulher quando está a ver o telejornal é capaz de pensar “Olha! Está ali uma mulher, sinto-me bem, ela está lá e eu também estou cá”, enquanto que, às vezes, há aquelas pessoas que veem só um homem e ficam assim “pronto, está lá ele a falar e eu estou aqui, mas isto não é comunicação”. Sentem-se mais “ela está presente, eu estou presente, é uma pessoa parecida comigo, deve sentir as mesmas coisas que eu sinto”. (Isabel, 19 anos, grupo focal feminino, Ciências da Comunicação)

Os participantes, principalmente do sexo feminino, referiram repetidamente situações em que as mulheres foram retratadas nas notícias como *vítimas* ou *exceções*. Em alguns casos, esta foi mesmo a primeira resposta à questão sobre as mulheres e os homens nas notícias. Nos casos em que aparecem como vítimas foram referidas associações aos temas da violência doméstica, guerra, desemprego e outros infortúnios. Quando lhe foi perguntado o que pensava sobre a presença das mulheres nas notícias, Sofia (18 anos, grupo focal feminino, Sociologia) respondeu de imediato:

sempre que eu costumo ver notícias, vejo sempre a mulher que foi vítima, que foi maltratada, que sofreu, que foi espezinhada, é raro ver peças em que os homens é que, entre aspas, numa expressão um bocado rude, levaram na cabeça.

Para além disso, foi notado que as mulheres consideradas de sucesso – que ostentam uma carreira profissional louvável ou que se destacam em alguma área – são muitas vezes referenciadas como exceções, mesmo que seja de forma aparentemente bem-intencionada. Por exemplo, se uma mulher alcança uma posição na alta política, o jornalista tenderá a enfatizar o facto de ela ser a primeira ou uma das primeiras mulheres a conseguir este cargo, o que acaba

também por transmitir a ideia de que os homens são mais indicados para essa posição.

Outra discrepância importante apontada por alguns dos participantes envolveu a questão do *estatuto social*. Nestes casos, os participantes referiram que as mulheres têm mais probabilidades de aparecer no ecrã em estatutos sociais mais baixos do que os homens.

Não. São muito raras [as mulheres em cargos de poder], tirando aquele caso que eu disse ainda há pouco da política, que são muito poucos mesmo assim: a chanceler alemã, a secretária geral dos EUA, por aí fora; são muito poucas as mulheres que aparecem num estatuto alto ou médio alto. Depois, se calhar, vemo-las aparecer naquele tipo de reportagens que reflete o interior desertificado...
(Sara, 18 anos, grupo focal misto, Ciências da Comunicação)

O reconhecimento de todas estas diferenças na retratação de mulheres e homens no telejornal nacional conduziu os debates para a elaboração de uma série de conjeturas acerca das possíveis causas para o atual *status quo* de género e, ocasionalmente, também sobre a necessidade de mudança. Isto permitiu-nos perceber as perspetivas dos participantes em relação aos mecanismos de discriminação e a forma como se apropriam dessas retratações a que assistem nos telejornais nacionais.

A retratação do género nos telejornais nacionais

Ao longo destes debates, foram apresentados muitos argumentos no sentido de explicar a razão pela qual mulheres e homens aparecem de forma diferente nas notícias. Como tínhamos conhecimento do facto de o género ser um tema delicado, tentámos, na medida do possível, fazer com que os participantes se sentissem à vontade para partilhar as suas perspetivas sem sentirem que estavam a ser julgados. Nesse sentido, procurámos sempre introduzir a questão do género naturalmente, sem fazer muitas menções ao tema durante o debate, ao não ser quando realmente necessário. No entanto, visto que a moderadora era do sexo

feminino, sentimos que esta condição poderá, por si só e até certo ponto, ter inibido os participantes de falarem livremente, isto, particularmente, no caso dos grupos exclusivamente masculinos. A empatia natural (e necessária) que se estabeleceu entre moderadora e participantes, e que resultou das circunstâncias de cooperação em que estes debates foram conduzidos, causou certamente uma preocupação com a utilização de um discurso politicamente correto. Os participantes procuram, sempre que possível, auto-apresentar-se numa estratégia de adesão às normas sociais da igualdade de forma a proteger a sua imagem pública, de acordo com os termos teorizados por Snyder (1987; 1995). Neste contexto, sabemos que o sexismo óbvio é cada vez mais raro mas isso não significa que tenha desaparecido. À imagem do que se verificou no caso do racismo (Cabecinhas, 2002), o que temos atualmente são forma veladas deste fenómeno, o que tem vindo a colocar novos desafios à investigação, na medida em que este se tornou mais complexo e subtil.

Apesar disso, foi possível observar diferenças interessantes relacionadas com a dinâmica do discurso entre grupos femininos, grupos mistos e grupos masculinos. Quando os grupos foram constituídos por apenas homens, estes pareciam sentir-se mais à vontade para conjeturar sobre as diferenças de género de uma forma que amiúde se afastava do discurso politicamente correto, chegando até a expressar a sua desaprovação acerca das atuais políticas de paridade nacionais³. Pelo contrário, nos grupos focais femininos, e com intensidades variáveis, a discussão incluiu com frequência reivindicações e pontos de vista ‘feministas’, ainda que não assumidos como tal.

Já a criação de grupos focais mistos teve como pretensão inicial o confronto de diferentes perspetivas sobre o género com vista à observação da forma como os diferentes significados eram negociados no contexto de discussões com elementos de ambos os sexos. Contrariamente, as conversas em ambientes mistos resultaram em diálogos bastante suaves em que os participantes procuraram ajustar-se a um discurso de meio-termo capaz de incorporar, ao mesmo tempo,

3. A Lei da Paridade (nº93/X/1 2006.03.11) estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais devem ser compostas de forma a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos. Esta lei foi aprovada em 2006 e posta em prática em 2009.

o discurso público da igualdade de género e o discurso dominante masculino abarcando pressupostos como, por exemplo, o da lógica meritocrática na progressão profissional como um princípio aceite por todos, em que se assume que homens e mulheres se deparam com as mesmas oportunidades e em igualdade de circunstâncias. Esta ideia serviu para atenuar a força das opiniões e mitigar eventuais preocupações com as assimetrias de género, remetendo os desvios observados para outros planos de explicação que não o da discriminação ou das barreiras invisíveis.

Para analisar os diferentes tipos de argumentação usados pelos participantes foi desenvolvida uma lista de subcategorias que foram, por sua vez, organizadas em duas categorias principais. Todas as categorias e subcategorias aqui apresentadas e discutidas foram criadas apenas depois da audição, transcrição e releitura da totalidade das conversações gravadas durante a realização dos grupos focais.

A primeira categoria principal incluiu a argumentação acerca das diferenças de género nos telejornais nacionais que procurou desculpabilizar o cenário presente numa perspetiva tranquilizadora das desigualdades existentes; já a segunda categoria reuniu as atitudes críticas que denunciaram determinadas características ou processos da estrutura social como explicativas e/ou perpetuadoras da disparidade na representação atual do género.

Perspetivas tranquilizadoras

Ao longo das conversas que ocorreram no contexto dos grupos focais foi possível perceber que a ideia de que as mulheres saíram recentemente do universo doméstico para ingressar a vida profissional e para participar na vida pública permanece no pensamento coletivo. A ausência de mulheres nas notícias como jornalistas ou como intervenientes – particularmente em posições importantes como *opinion makers*, foi frequentemente justificada pelo facto de as mulheres necessitarem ainda de tempo para alcançar o nível profissional masculino (superior), isto porque, nesta perspetiva, as mulheres ainda se encontram no início do seu processo de emancipação. Este tipo de raciocínio termina com a

ideia de que, dentro de poucos anos, mulheres e homens estarão em igualdade de circunstâncias e, por isso, não há razão para preocupação. Assim, quando questionados acerca das discrepâncias de género observáveis atualmente nas notícias, estes estudantes explicaram que o equilíbrio seria atingido e que se trata apenas de uma questão de tempo:

Nos painéis de comentadores, os convidados para comentar determinado tipo de notícias e os *opinion makers*, são maioritariamente homens porque já foi percorrido um longo caminho, na minha opinião sobre apresentadores e apresentadoras, nesse aspecto foi percorrido um grande caminho [...] Porque em determinados temas, eu acho que depende muito do tema, depende essencialmente, fundamentalmente do tema porque em muitas das áreas da nossa sociedade, os homens já têm percorrido um mais longo caminho em determinadas áreas, logo, há-de haver alguém com mais preparação para falar sobre determinados temas [...] há todo um percurso de muitos anos nas engenharias, em muitos campos na economia, enfim, na política, enfim, tantos campos em que, de facto, os homens têm percorrido porque as mulheres foram sempre relegadas para um segundo plano, injustamente, mas foram... (José, 32 anos, grupo focal masculino, Ciências da Comunicação).

Este tipo de argumentação foi codificado numa subcategoria denominada *desculpabilização histórica*, dado que os participantes se referiram a uma versão enviesada do seu contexto sociocultural com vista a restaurar a confiança num futuro equilibrado, no que respeita ao género, encorajando e legitimando, desta forma, a passividade perante as atuais desigualdades.

Seguindo um tipo de raciocínio mais simples, mas de certo modo semelhante, alguns participantes argumentaram que estamos todos envolvidos naquilo que parece ser um processo de progressão social irreversivelmente orientado para o equilíbrio entre homens e mulheres, algo que pode ser ilustrado pelas seguintes citações:

Eu tenho a impressão e, de facto, é uma coisa na qual eu já pensei e já parei para pensar, acho que a mulher está a ganhar terreno, está a ganhar terreno

muito porque ela sentiu necessidade de se emancipar, e acho que o mundo agora ficou preparado para ver a emancipação da mulher, e acho que, a partir daí, o telejornal como instituição de informação pública, está a caminhar para uma equidade... (Lia, 19 anos, grupo focal misto, Ciências da Comunicação)

Não, não. Não é equilibrado [o género nas notícias]. Existem temas que são ainda um pouco direcionados para o homem e para a mulher. Mas eu continuo a achar que vai havendo uma evolução no sentido da igualdade... (Margarida, 18 anos, grupo focal misto, Ciências da Comunicação)

As citações que envolveram este tipo de justificação foram agrupadas numa subcategoria com o nome de *evolução positiva*.

Subsequentemente, e na mesma linha de pensamento, a escassez de mulheres nas notícias foi naturalmente justificada pela *ausência de mulheres* em posições sociais importantes. De acordo com esta perspetiva, uma vez que elas ainda estão a iniciar o seu processo de emancipação, não é possível que ocupem desde já funções que envolvam grandes responsabilidades e, igualmente, prestígio. Assim, alguns participantes defenderam que se há falta de mulheres nas notícias, isso acontece porque não há muitas mulheres sobre as quais se possa fazer notícias. Uma vez mais, não parece haver motivo de inquietação.

Só queria precisar aqui uma situação, porque é que eu entendo que são chamados mais homens do que mulheres. São chamados... Nos painéis de comentadores podem ser chamados indiferentemente homens e mulheres porque, precisamente, acho que, na minha opinião, homens e mulheres tem igual validade nas opiniões que possam emitir mas numa reportagem como a que acabámos de ver, o que normalmente são chamados são os líderes das coisas e os líderes das coisas são homens, logo, são os líderes que são chamados, eles têm razão. A culpa não é dos jornalistas. (José, 32 anos, grupo focal masculino, Ciências da Comunicação)

Esta justificação foi refutada num estudo quantitativo que demonstrou que as mulheres nas notícias se encontram sub-representadas em todas as profissões, mesmo nas áreas a que estão habitualmente associadas (Lobo, 2011). A título

de exemplo, verificou-se que aparecerem significativamente mais estudantes do sexo masculino do que do sexo feminino nas notícias televisivas, quando é sabido que, em Portugal, a maioria da população estudantil é feminina. Assim, esta situação parece refletir as próprias escolhas das jornalistas e não uma realidade tão enviesada do ponto de vista do género que, na produção de conteúdos, se torna impossível de contornar, como sugere a seguinte afirmação:

Um jornalista não pode alterar a verdade em favor de uma luta pela igualdade de sexos. (Tiago, 19 anos, grupo focal masculino, Ciências da Comunicação)

Curiosamente, esta última citação ilustra também a crença de que o papel do jornalista se esgota na busca pela retratação da sociedade tal e qual como ela é. Na verdade, acreditamos que o jornalista tem um papel fundamental na reprodução e manutenção de estereótipos de género nos conteúdos noticiosos e, por isso, consideramos fundamental fomentar a consciência de género nesta classe profissional.

No contexto dos grupos focais também houve lugar para o argumento da *meritocracia*, que parte do princípio que todos os seres humanos, mulheres ou homens, podem alcançar aquilo que fizeram por merecer, aquilo para o qual trabalharam, nas mesmas condições. Isto significa, por outras palavras, que se as mulheres pretendem tornar-se mais visíveis na esfera pública das notícias do telejornal, então, tudo o que têm a fazer é trabalhar tão arduamente como os homens.

Não concordo porque acho que isto não é uma questão de dar oportunidade ou de não dar oportunidade. Se a pessoa tiver que evidenciar-se e ter notoriedade, tem porque a merece e a merecer é porque trabalhou para isso, seja homem seja mulher. Eu acho que nós, hoje em dia... antes do 25 de Abril sim, o homem tinha um papel muito mais preponderante na sociedade mas, depois do 25 de Abril, a mentalidade abriu-se e – tudo bem, não digo que a situação da mulher esteja concluída, começou na sociedade de agora – acho que tanto uma mulher como um homem só não têm oportunidade de se evidenciar na sua área de trabalho se

não quiserem, sinceramente acho que é isso. (Nuno, 27 anos, grupo focal misto, Ciências da Comunicação)

A gravação mostrada aos participantes foi, como já referimos anteriormente, selecionada ao acaso da amostra de telejornais recolhida para a análise quantitativa que fez parte do nosso estudo. Na altura em que estes debates ocorreram, os telejornais internacionais noticiavam com grande ênfase a crise financeira mundial e, particularmente, a falência da empresa norte-americana *Lehman Brothers*. A notícia selecionada para apresentar durante a discussão não foi exceção e, numa longa sequência de jornalistas nacionais e internacionais, representantes de instituições bancárias e dos governos e corretores de bolsas, que discursavam em contextos institucionais, apenas uma mulher silenciosa surgiu no ecrã. Em alguns casos, nomeadamente nos grupos focais masculinos, esta peça ajudou-nos a pedir aos participantes que, tendo em conta aquilo a que acabavam de assistir, desenvolvessem a perspetiva de que o equilíbrio de género é algo já alcançado e que o tema do género não é relevante na análise das notícias. Foi principalmente neste momento que surgiu um argumento que denominámos de *particularização* e que foi utilizado como forma de contornar o problema de contradição que lhes era colocado. A particularização compreendeu uma forma de argumentação que assumia que os exemplos visionados ou então apresentados pelos outros participantes durante os debates (e que apontavam para uma desigualdade evidente de género) constituíam casos isolados e que não podiam ser considerados representativos do panorama geral.

Agora esta notícia penso que também não é a mais propensa para se procurar [mulheres] porque não há uma escolha muito vasta que o jornalista possa fazer, se entrevistou o antigo presidente da antiga Reserva Federal Americana é um homem, não pode inventar alguma mulher que já tenha ocupado aquele lugar, não sei se alguma já ocupou... (Tiago, 19 anos, grupo focal masculino, Ciências da Comunicação)

Outra das subcategorias criadas teve o nome de *estereótipos de género internalizados* e contém citações que indicam a adesão pessoal a estereótipos. Tal

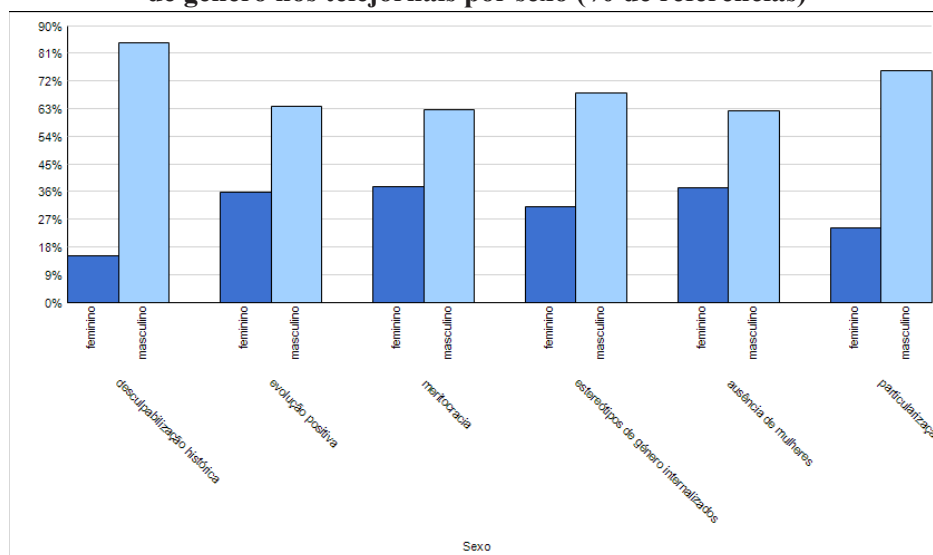
como foi dito anteriormente, o ambiente em que os debates ocorreram promoveu, com alguma probabilidade, o uso de um discurso de género considerado adequado, ao mesmo tempo que desencorajou o uso de uma argumentação com referência a estereótipos óbvios. Mesmo assim, ocorreram alguns casos que mereceram ser assinalados. Quando questionado acerca do que achava sobre a presença das mulheres nas notícias, João (19 anos, grupo focal misto, Ciências da Comunicação) responde prontamente e com um sorriso jocoso: ‘Chamam audiências!’.

Este comentário foi recebido com vários risos contidos e olhares ‘reprovoadores’ dos colegas que pareciam estar a adverti-lo de que estava a ser desadequado. Tentando justificar-se, João, algo envergonhado, prossegue:

Eu acho que as mulheres usam muitos decotes na televisão... (risos) Eu só estou dizer o que eu acho...

A análise dos resultados mostrou que em todas as subcategorias contendo atitudes tranquilizadoras face às desigualdades de género nos telejornais, as citações de participantes masculinos ultrapassaram largamente as citações de elementos femininos. A *desculpabilização histórica*, os *estereótipos de género internalizados* e a *particularização* foram os itens que revelaram maiores diferenças entre os sexos dos participantes, como podemos observar no seguinte gráfico.

Gráfico 1 - Atitudes tranquilizadoras perante as desigualdades de género nos telejornais por sexo (% de referências)



No que respeita ao número de referências, as subcategorias *meritocracia*, *ausência de mulheres* e *desculpabilização histórica* foram as que reuniram maior número de frequências.

Perspetivas críticas

No âmbito das perspetivas críticas sobre as desigualdades de género nos telejornais nacionais, o *contexto sociocultural* foi frequentemente referido com o propósito de explicar as assimetrias observadas nas notícias. Neste caso, a ideia não era a de desculpar o estado atual das coisas mas antes de procurar as raízes do problema e, eventualmente, soluções para o mesmo.

A sociedade é criada e organizada desta forma, numa forma patriarcal, desde há muito mais tempo, agora houve efetivamente nessa altura, não só em Portugal, é claro, segundo as doutrinas nazi-fascistas e no caso de Portugal, apesar de também ser fascista, o chamado Estado Novo, em que há uma preponderância

dessa diferença e hoje voltamos quase um passo atrás que é voltamos à situação em que não se fala disto, não se fala da diferença de papel entre a mulher e o homem, muito menos a nível profissional, mas ela existe e está tão presente quanto antes e ainda por cima com mais influência desde essa altura e no telejornal também. (Eva, 20 anos, grupo focal feminino, Ciências da Comunicação)

Para além desta, foi criada outra subcategoria denominada *discriminação de género* que incluiu referências abundantes de participantes de ambos os sexos. Aqui a discriminação foi referida para explicar as assimetrias detetadas e os exemplos fornecidos neste contexto incluíram formas subtis de discriminação ou ‘barreiras ideológicas’, como uma das estudantes lhes chamou quando procurava explicar porque é que ela, enquanto estudante de Ciências da Comunicação, não tinha intenção de se tornar jornalista mas antes enveredar por outra área da Comunicação.

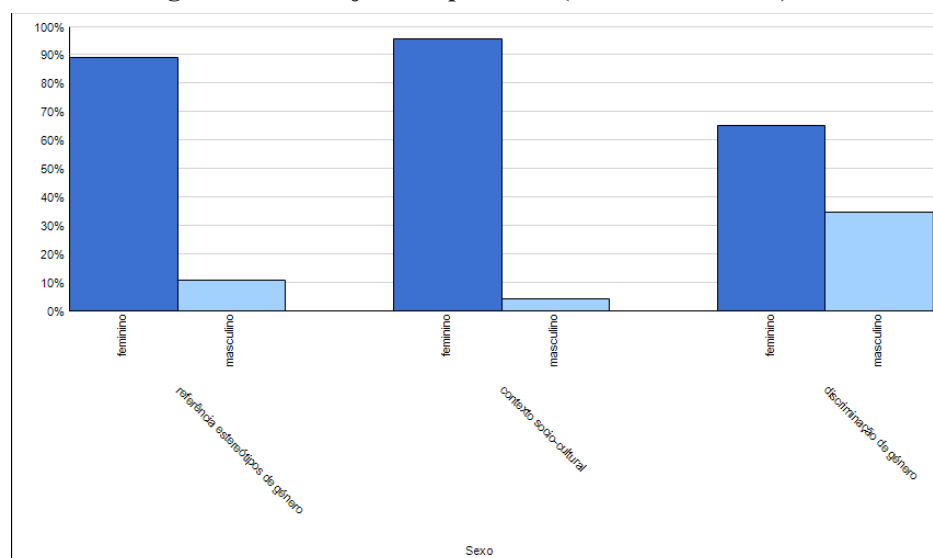
Não temos barreiras ideológicas, não temos barreiras mentais, não temos preconceitos e como não as temos podemos pensar que conseguimos... e em determinada altura da carreira se não as temos, dá menos trabalhos ir para as que não têm esses obstáculos. Porque não vamos ter que nos esforçar tanto. [...] Não só na questão do sexo mas também da beleza, da idade, a carreira jornalística, infelizmente, acho que ainda tem muitos obstáculos e é muito discriminatória... (Beatriz, 18 anos, grupo focal feminino, Ciências da Comunicação)

Também a subcategoria *referência a estereótipos de género* reuniu um grande número de referências. Aqui foram adicionadas citações que denunciaram estereótipos tradicionais de género enraizados nas estruturas sociais que atuam como inibidores da participação das mulheres na vida pública.

Por exemplo, já se falou aqui que as mulheres são mais associadas à vida cor-de-rosa e a essas coisinhas todas mas eu acho que a mulher em si tem menos credibilidade nos telejornais porque é vista como um ser mais... em relação ao homem, mais sentimental... (Susana, 18 anos, Ciências da Comunicação)

O grupo de atitudes críticas perante as desigualdades de género nos telejornais envolveu maioritariamente referências de participantes do sexo feminino; os homens foram mais parcos nas alusões a estas três perspetivas como podemos ver no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Atitudes críticas perante as desigualdades de género nos telejornais por sexo (% de referências)



Curiosamente, e na generalidade da categorização efetuada, as duas subcategorias que agruparam o maior número de referências foram a subcategoria *referência a estereótipos de género* e a subcategoria *discriminação de género*. Isto revela que, apesar de os participantes mostrarem relutância em reconhecer a persistência de assimetrias de género nas notícias televisivas, eles foram capazes de identificar os mecanismos sociais que asseguram a sua existência.

Os resultados deste estudo reforçaram a ideia de que as assimetrias de género são percecionadas como um dado adquirido pela maioria das pessoas. No entanto, uma das constatações mais pertinentes aqui apresentadas prende-se com o facto de se ter verificado que os telespectadores, de um modo geral, reconhecem a

presença de diferentes retratações de homens e mulheres nos conteúdos das notícias. Na verdade, as subcategorias mais volumosas em termos de referências codificadas foram *referência a estereótipos de género e discriminação de género* que incluíram referências a estereótipos de género tradicionais como a associação das mulheres às notícias *soft*, a papéis secundários e/ou posições profissionais ou sociais baixas, assim como, no segundo caso, explicações das assimetrias de género a partir da descrição de mecanismos de discriminação sociais. Por outro lado, é interessante observar que outras subcategorias como *meritocracia, desculpabilização histórica, evolução positiva e ausência de mulheres*, refletem uma interpretação relativamente consistente que vê as reivindicações feministas como algo que foi inquestionavelmente importante no passado mas que não constitui uma preocupação pertinente no presente. Deste modo, as assimetrias de género não foram consideradas centrais em nenhum tema abordado ao longo destes debates coletivos.

Esta ambiguidade latente ao discurso dos participantes dos grupos focais põe a descoberto um cenário que nos parece explicar o impasse social que vivemos no que respeita às assimetrias de género. Se, por um lado, cerca de metade da população é constituída por mulheres que enfrentam diariamente situações de desigualdade, por outro lado, estas não parecem chamar a si o poder para repor o equilíbrio e as batalhas feministas do passado são encaradas como algo *demodé* e pouco feminino.

Todavia, sentimos pessoalmente que, de cada vez que encerrámos um grupo focal, nos despedimos de indivíduos mais intrigados e de espírito mais desassossegado do que aqueles que tínhamos conhecido no início do debate. Foi muito interessante ouvir vários participantes manifestar diferentes graus de inquietação e surpresa ao tomar consciência de factos associados às assimetrias de género, dos quais, na verdade, sempre tiveram conhecimento mas sobre os quais nunca tinham refletido criticamente.

Consideramos que os fenómenos observados no decurso destas discussões semi-estruturadas em torno da desigualdade de género nos telejornais constituem uma base otimista para a compreensão das possibilidades de mudança.

Conclusões

Os resultados desta investigação reforçaram a ideia de que a maioria dos indivíduos não tem uma perspetiva crítica sobre as assimetrias de género diariamente observadas e registadas nos meios de comunicação. Contudo, se os participantes dos grupos focais mostraram relutância em reconhecer a relevância do tema, não tiveram grande dificuldade em identificar e descrever exemplos dessa assimetria na retratação de mulheres e homens nos conteúdos mediáticos. Na verdade, algumas das categorias que reuniram maior número de citações foram precisamente *referência a estereótipos de género* e *discriminação de género*, que incluíram alusões a estereótipos de género tradicionais presentes no conteúdo noticioso como a associação das mulheres às notícias *soft* ou a retratação das mulheres em papéis secundários ou em estatutos sociais e profissionais baixos; e também reflexões sobre o papel dos mecanismos sociais de discriminação enquanto causa das assimetrias de género observadas.

Curiosamente, o conjunto de categorias meritocracia, desculpabilização histórica, evolução positiva e ausência de mulheres ilustram uma linha de pensamento consistente, segundo a qual as reivindicações feministas, indubitavelmente relevantes no passado, perderam a sua razão de ser no contexto atual e não devem ser motivo de preocupação. Consequentemente, as assimetrias de género identificadas durante os debates não foram consideradas centrais em nenhum dos temas abordados.

O problema parece residir no facto de que as atuais formas de discriminação ocorrem de modo subtil e encontram-se frequentemente entrincheiradas no discurso politicamente correto, o que tem contribuído para impedir que haja uma consciência generalizada destes problemas. Este estado das coisas favorece a ideia de que as reivindicações feministas pertencem ao passado e que vivemos numa sociedade equilibrada do ponto de vista do género. Nesta perspetiva, as assimetrias de género são vistas como resquícios pouco significativos de um passado desigual que vão desaparecer gradualmente num futuro próximo.

Na verdade, a literatura revela que a retratação do género nas notícias já não é tão monolítica como nos anos 70 ou 80; apesar disso, não restam dúvidas de que ‘the fundamental patterns that preoccupied the women’s movement of the 1970’s

remain relatively intact thirty years later' (Gallagher, 2001: 4). Para além disso, Gallagher alerta para o facto de não ser apenas uma questão de quantidade mas também de qualidade, a invisibilidade das mulheres nas notícias prende-se não só com a sua ausência do ecrã mas também com os papéis em que são retratadas. Dificilmente se poderá falar em centralidade das mulheres nas notícias enquanto elas continuarem a ser apresentadas enquanto representantes de um grupo homogéneo e de acordo com características rígidas e estereotipadas. Nestas circunstâncias as mulheres até podem ser visíveis como um todo homogéneo mas permanecem invisíveis enquanto pessoas na sua plenitude e diversidade (Cabecinhas, 2007: 282).

Atualmente, no contexto português, a legislação e as políticas de comunicação assumiram o compromisso com a diversidade 'as a fundamental democratic value' (Sousa & Costa e Silva, 2009: 9). A Lei de Televisão de 2007 estipula a diversidade e a garantia dos direitos de acesso das minorias e grupos sub-representados como um dos critérios para a gradação de candidaturas a concurso público para serviços de programas. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social, por sua vez, promoveu a realização de um estudo sobre a questão do pluralismo nas notícias, contudo, no que respeita a essa iniciativa, Sousa e Costa e Silva afirmam que 'the concept of pluralism underlying this study is very narrow as it merely takes into account the formal political structures, leaving out complex social processes and highly differentiated political participation mechanisms' (2009: 9). Assim, apesar de, em Portugal, a diversidade ser um valor sustentado por muitas recomendações e instrumentos legais importantes, isso não se tem refletido numa ação pragmática ao nível das práticas organizacionais nos média (Cerqueira & Cabecinhas, 2012; Sousa & Costa e Silva, 2009).

Dada a complexidade e a extensão das disparidades de género, a questão da retratação das mulheres nos média só poderá ser resolvida através de uma cooperação sustentável entre as diferentes vertentes do problema (Gallagher, 2001).

No caso da televisão e, mais concretamente, do telejornal, torna-se vital a tomada de consciência por parte dos órgãos de comunicação, da sua responsabilidade social e papel na manutenção e propagação de estereótipos de género prejudiciais à sociedade em geral. Os telejornais nacionais, pela sua

influência e capacidade de alcance, encontram-se numa posição privilegiada para desencadear o rompimento deste círculo vicioso do *status quo* de género. Isto contribuiria para que as mulheres pudessem contar com expectativas identitárias mais variadas e uma perceção mais positiva do seu grupo. Este enorme potencial para a contestação das representações sociais de género tem sido lamentavelmente desaproveitado pela produção noticiosa. Por outro lado também ficou demonstrado através de um outro estudo realizado (Lobo, 2011) que a atual retração de mulheres e homens nas notícias não é uma mera extensão das assimetrias de género existentes na esfera pública, visto que alguns dos enviesamentos observados se encontram, eles próprios, desfasados da realidade.

No sentido de inverter esta situação, identificamos uma necessidade urgente de desenvolver medidas destinadas a restringir e contrariar os mecanismos de reforço e manutenção das assimetrias de género na produção mediática, assim como de instrumentos que possam assegurar a sua implementação eficiente. Estas medidas podem (e devem) constituir um vetor fundamental de atuação no âmbito do projeto para o desenvolvimento da literacia mediática que tem vindo a ganhar força tanto na investigação em Comunicação, bem como nas agendas políticas de organizações políticas como a UNESCO, o Conselho da Europa ou a União Europeia.

Consideramos que o conceito de literacia mediática pode constituir um bom enquadramento para as propostas de atuação aqui sugeridas. De acordo com uma comunicação da Comissão Europeia, a ação com vista à promoção da literacia dos média contempla, entre outros aspetos, o desenvolvimento da capacidade de análise crítica dos cidadãos face aos conteúdos mediáticos, no que respeita à sua qualidade e rigor. No mesmo documento recomenda-se o desenvolvimento e implementação de programas de educação para os média em todos os Estados-Membros que procurem, entre outros objetivos, ‘evitar e combater todas as formas de discriminação baseadas no sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, sem infringir a liberdade de expressão ou de imprensa’ (2007: 6).

O papel dos média na formação para uma cidadania mais inclusiva é determinante, sobretudo, se considerarmos todas as alterações que esta área sofreu nos últimos anos, em termos do surgimento de novas tecnologias, da

mobilidade das comunicações e das formas de comunicação em rede que, por sua vez, acarretam um conjunto ainda insondado de novas possibilidades e desafios.

Segundo Correia (2011), formatos digitais como, por exemplo, blogs ou *sites* noticiosos desempenham uma função de re-enquadramento da informação que se tem mostrado capaz de influenciar a interpretação dos conteúdos noticiosos, criando espaço para interpretações alternativas ao discurso dos média dominantes. O autor reconhece o contributo positivo que alguns destes meios de comunicação têm dado ao propor diferentes perspetivas sobre determinados itens da agenda noticiosa, permitindo, dessa forma, o desenvolvimento de uma visão crítica dos conteúdos mediáticos.

Neste cenário de super-abundância de informação associada a estímulos cada vez mais variados e eficientes em função das constantes atualizações tecnológicas, defendemos e reafirmamos a importância de preservar o pluralismo, o equilíbrio e a diversidade nos média e, particularmente, nos conteúdos noticiosas. Um projeto que deve ser sempre associado ao papel dos média na formação (e socialização) das crianças, jovens e público em geral e à promoção de um exercício de cidadania mais participativo e inclusivo.

Referências Bibliográficas

- Álvares, C. (2011). Tracing gendered (in)visibilities in the Portuguese quality press. In T. Krijnen, C. Álvares & S. van Bauwel (Eds.), *Gendered Transformations: Theory and practices on gender and media* (pp. 25-42). Bristol: Intellect.
- Amâncio, L. (1998). Género e Direitos Humanos. In J. L. Alves (Ed.), *Ética e o Futuro da Democracia* (pp. 497-504). Lisboa: Colibri.
- Arús, M., Rufias, E., Gallego Ayala, J., Calderón, M., & Mollet, M. (2000). *El sexo de la noticia*. Barcelona: Icaria.

- Bonnot, V., & Croizet, J. C. (2007). Stereotype Internalization and Women's Math Performance: The Role of Interference in Working Memory. *Journal of Experimental Psychology*, 43(6), 857-866.
- Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e etnicidade em Portugal: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Tese de doutoramento. Universidade do Minho, Braga.
- Cabecinhas, R. (2007). *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras.
- Cerqueira, C. & Cabecinhas, R. (2012). Políticas para a igualdade entre homens e mulheres nos *media*: da (inov)ação legislativa à mudança social. *Ex aequo*, 25, 105-118.
- Comissão Europeia. (2009). *Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Igualdade entre Homens e Mulheres*. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0077:FIN:PT:PDF>.
- Comissão das Comunidades Europeias. (2007). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Uma abordagem europeia da literacia mediática no ambiente digital*. <http://ec.europa.eu/culture/media/literacy/docs/com/pt.pdf>.
- Cottle, S., & Mugdha, R. (2009). Between display and deliberation: analysing TV news as communicative architecture. *Comunicação e Sociedade - Os 50 anos do telejornal 15*, 43-63.
- Correia, J.C. (2011). The Meanings of Public Sphere: is there any democratic role for Internet? In Correia, J.C. (Org.), *Public Sphere Reconsidered*:

Theories and Practices, 37-50. Universidade da Beira Interior. http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20120305-public_sphere_reconsidered_ebook.pdf.

Esteves, J. P. (1995). *Novos desafios para uma teoria crítica da sociedade*. <http://www.bocc.uff.br/pag/esteves-pissarra-desafios-teoria-critica.pdf>.

Ferin, I. (2006). A televisão das mulheres: ensaios sobre a recepção. In I. Ferin (Ed.), *A Televisão das mulheres: ensaios sobre a recepção*, 7-15. Lisboa: Quimera/Bond.

Fernandes, E. (2008). Fazer-se empresária quando se diz mulher: Ambiguidades nos discursos genderizados de um grupo de empresárias sobre a sua actividade profissional. In M. Martins & M. Pinto (Eds.), *Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Braga: Universidade do Minho.

Fraser, N. (1992). Rethinking the Public Sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the Public Sphere* (pp. 109-142). Massachusetts: MIT Press.

Gallagher, M. (1995). O imperialismo de baton e a nova ordem mundial: as mulheres e os media no fim do séc. XX. In M. J. Silveirinha (Ed.), *As Mulheres e os Media* (pp. 69-96). Lisboa: Livros Horizonte.

Gallagher, M. (2001). *Gender Setting: News agenda for media monitoring and democracy*. London: Zed Press.

Gallego, J. (2000). *El sexo de la noticia: Reflexiones sobre el género en la información y recomendaciones de estilo*. Barcelona: Icaria.

- Gallego, J. (2004). Produção informativa e transmissão de estereótipos de género. In M. J. Silveirinha (Ed.), *As Mulheres e os Media* (pp. 55-67). Lisboa: Livros Horizonte.
- Gallego, J. (2009). Género e representação pública: Realidades e desejos. *Media & Jornalismo - Género, Media e Espaço Público*, 15(8), 43-53.
- Garnham, N. (1992). The Media and the Public Sphere. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the Public Sphere* (pp. 359-376). Massachusetts: MIT Press.
- Gill, R. (2003). *Participation and access of women to the media and information technologies, and their impact on and use as an instrument for the advancement and empowerment of women*. Paper presented at the 47th Commission on the Status of Women, United Nations, New York.
- Habermas, J. (1991 [1962]). *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Habermas, J. (1992). Further Reflections on the Public Sphere. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the Public Sphere* (pp. 421-461). Massachusetts: MIT Press.
- Hamelink, C. J. (1994). *Trends in World Communication: On Disempowerment and Self-Empowerment*. Penang: Southbound/Third World Network.
- Lobo, P. (2006). 'Ciência, Tecnologia e Comunicação: dimensões de género no ensino da engenharia'. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Lobo, P., & Azevedo, J. (2008). Ciência, tecnologia e comunicação: dimensões de género no ensino da engenharia. In M. Martins & M. Pinto (Eds.),

Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. (pp. 2466-2477). Braga: Universidade do Minho.

- Lobo, P. (2011). 'Desigualdades de género no acesso à esfera pública: uma análise crítica dos conteúdos noticiosos televisivos'. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho, Braga.
- Lopes, F. (2005). *Uma década de TV em Portugal (1993-2003): estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho, Braga.
- Lopes, F. (2006). Homens públicos, mulheres privadas. [Electronic Version]. *Actas do IX Congresso IBERCOM, Sevilha - Cádiz*. www.hapaxmedia.net/ibercom/pdf/LopesFelisbela.pdf.
- Lopes, F. (2008). *A TV do real. A televisão e o espaço público*. Coimbra Minerva.
- McLaughlin, L. (1999). Beyond "Separate Spheres": Feminism and the cultural studies political/economy debate. *Journal of Communication Inquiry*, 23(4), 327-354.
- McRobbie, A. (2009). *The aftermath of feminism: gender, culture and social change*. Londres: Sage.
- Media Watch. (1995). *Global Media Monitoring Project: Women's participation in the news*. http://www.whomakesthenews.org/images/stories/website/gmmp_reports/1995/gmmp_1995.pdf.
- Media Watch. (2000). *Who makes the news? Global Media Monitoring Project 2000*. http://www.whomakesthenews.org/images/stories/website/gmmp_reports/2000/gmmp_2000.pdf.

- Media Watch. (2005). *Women's Participation in the News: Global Media Monitoring Project 2005*. <http://www.info.gov.za/otherdocs/2006/gmmp.pdf>.
- Media Watch. (2010a). *Who makes the news. Global Media Monitoring Project 2010. Preliminary Report*. http://www.whomakesthenews.org/images/stories/website/gmmp_reports/2010/gmmp_2010_preliminary.pdf.
- Media Watch. (2010b). *PORTUGAL, Global Media Monitoring Project 2010 - National* <http://www.whomakesthenews.org/images/stories/restricted/national/Portugal.pdf>.
- Mercier, A. (1996). *Le journal télévisé*. Paris: Presses de Sciences.
- Monteiro, T. L., & Policarpo, V. M. (2002). As mulheres nos media portugueses: um estudo exploratório. <http://www.labcom.ubi.pt/agoranet/03/monteiro-teresa-policarpo-veronica-mulheres-nos-media-portugueses.pdf>.
- Nogueira, C. (2009). Contradictory Positions and Contradictory Discourses: A study on discourse analysis of women in power positions in Portugal. *Journal of Women, Politics & Policy*, 30(1), 71-89.
- Pinto Coelho, Z., & Mota Ribeiro, S. (2005). O acesso das mulheres ao discurso da imprensa portuguesa. In *Actas do IV Congresso da SOPCOM, "Repensar os Media: Novos Contextos da Comunicação e Informação", 20-21 de Outubro*. Universidade de Aveiro.
- Pinto, M. (2004). A televisão e a família: cruzamento de dois campos movediços. *Revista Iberoamericana de Comunicación y Educación* 24, 59-67.

- Pinto, M., & Lopes, F. (2009). Nota Introdutória. *Comunicação e Sociedade*, 15, 5-6.
- Silveirinha, M. J. (2004). *Identidades, Media e Política. O Espaço Comunicacional nas Democracias Liberais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silveirinha, M. J. (2006). Obliterando o «político»: o «pessoal» no espaço público mediatizado. *Ex Aequo, Representações Mediáticas de Mulheres*, 14, 67-92.
- Silveirinha, M. J. (2009). Apresentação: De como tanto mudou e como tanto ficou na mesma. *Media e Jornalismo - Género, Media e Espaço Público*, 15 (8), 7-11.
- Silveirinha, M.J. (2012). Repensar as políticas públicas sobre as mulheres e os *media*: ou do quão cruciais são os estudos feministas da comunicação. *Ex aequo*, 25, 91-104.
- Sousa, H., & Costa e Silva, E. (2009). Keeping Up Appearances: Regulating media diversity in Portugal. *International Communication Gazette*, 71(1-2), 89-100.
- Subtil, F. (2000). *As mulheres jornalistas*. <http://www.bocc.uff.br/pag/subtil-filipa-mulheres-jornalistas.pdf>.
- Tuchman, G. (1978). Introduction: The symbolic annihilation of women by the mass media. In G. Tuchman, A. Daniels & J. Benet (Eds.), *Hearth and Home: images of women in the mass media*. New York: Oxford University Press.
- Tuchman, G. (2009). Media, Género, Nichos. *Revista Media & Jornalismo 'Género, Media e Espaço Público'*, 15(8), 15-24.